Projeto de Lei nº de 2018
(do Sr. Damião Feliciano)

Altera a lei 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir a negligência educacional entre as ações de responsabilidade regidas pela referida lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 1º da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 1º

IX – por negligência para garantir o oferecimento do ensino obrigatório e de qualidade.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 6º, define a educação como um dos direitos sociais a que fazem jus os cidadãos brasileiros. Esse direito, entretanto, não está sendo garantido de modo adequado, e isso pode ser constatado por qualquer cidadão de bom senso. A qualidade do ensino público deixa a desejar, assim com muitas das instalações disponibilizadas pelo Poder Público.

Nesse sentido, faz-se necessário garantir que os agentes públicos possam ser responsabilizados, conforme indicado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 20 dezembro de 1996, em seu artigo 5º, *in verbis*:

“Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

[...]

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.”

A Constituição Federal, em seu artigo 208, determina claramente que é dever do Estado oferecer educação básica e gratuita a todos os brasileiros entre quatro e dezessete anos,

assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, bem como educação infantil em creche e pré-escola às crianças até cinco anos de idade. Do mesmo modo, nossa Carta Magna, no inciso III do art. 214, determina que o Plano Nacional de Educação deve estar comprometido com a melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, o binômio ensino obrigatório gratuito e de qualidade é inseparável.

Ainda no art. 208 da Constituição, em seu parágrafo segundo, determina-se que o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Faltava, porém, a indicação na lei 7.347, de 24 de julho de 1985, que trata das ações civis públicas de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a inclusão da negligência para com a educação no rol dos motivos que ensejam uma específica ação civil pública de responsabilidade educacional.

Tendo certeza que os nobres colegas deputados são sensíveis à relevância e urgência do tema, conto com o apoio para a aprovação da proposta apresentada.

Sala das Sessões, de de 2018.

Damião Feliciano
Deputado Federal – PDT/PB